



## OFÍCIO PEDIDO DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

**Ref.:** Corte de Verbas das Assessorias Técnicas (ATIs) do Rio Paraopeba

**A/c.:**

**Sr<sup>a</sup>. Maria Fernanda Coelho, Secretária-Executiva da Secretaria Geral da Presidência**

O Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), atingidos e atingidas de toda a bacia do rio Paraopeba e demais organizações que acompanham os desdobramentos do crime da Vale em Brumadinho (MG), ocorrido no dia 25 de janeiro de 2019, foram surpreendidos na última terça-feira (14/03) com a notícia do [corte de verbas das Assessorias Técnicas \(ATIs\) aos atingidos pelo crime da Vale S.A. no rio Paraopeba](#).

Conforme a notícia veiculada pelo Jornal Brasil de Fato, as ATIs foram surpreendidas com o corte de quase metade do seu orçamento anual, em comparação ao que estava previsto no seu Plano de Trabalho, e de forma retroativa para janeiro deste ano. Esse corte resultará na demissão de quase todos os trabalhadores das ATIs e comprometimento de quase todo o orçamento para o ano de 2023.

Nós, do MAM, repudiamos veementemente tais tentativas de redução do trabalho das ATIs que, na prática, é um golpe contra as próprias pessoas atingidas pelo crime da Vale S.A., por retirar o seu apoio técnico frente às arbitrariedades da mineradora.

As ATIs exercem hoje um papel essencial no mapeamento dos danos pelo rompimento da barragem da Vale S.A., uma vez que elas colocam à disposição das pessoas atingidas um corpo de técnicos multidisciplinares, encarregados de fazer frente aos discursos e às narrativas parciais da empresa responsável. Além dos levantamentos de danos, as assessorias têm cumprido papel relevante ao acompanhar as famílias, realizar consultas públicas, desenvolver estudos quanto à contaminação dos rios, solos e monitorar a saúde dos atingidos e atingidas.

Neste momento, é altamente preocupante o esvaziamento das funções das ATIs, especialmente porque a redução do recurso das ATIs foi noticiada justamente quando foi dado início, pelo juiz responsável pelo caso, em 14 de março de 2023, ao processo de definição dos valores de indenizações individuais das vítimas do crime da Vale S.A., no qual seria essencial a intervenção das ATIs e de suas matrizes de danos que foram

elaboradas em conjunto com as pessoas atingidas para que os valores de indenização a serem definidos sejam, de fato, justos.

Diante de todo o exposto, o MAM vem requerer, à **Secretaria Geral da Presidência** apoio para que a população atingida tenha acesso às seguintes informações:

1. Que os compromitentes do Acordo informem os motivos e as justificativas para uma redução tão drástica da verba das ATIs, que traz o risco de inviabilização de seu trabalho no território junto às pessoas atingidas;
2. Que seja esclarecido como estão sendo utilizados ou previsto o uso dos recursos de R\$ 700 milhões da cláusula 4.4.11 do Acordo da Vale, bem como que sejam prestadas contas sobre a destinação desses recursos;
3. Solicitamos, ainda, o pedido de mediação da Secretaria Geral da Presidência para o agendamento de uma reunião urgente do MAM, representantes dos moradores da bacia do Paraopeba, e a Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar a acompanhar os crimes relacionados aos rompimentos de barragens em Minas Gerais, com o Ministério da Casa Civil, pelas atribuições desta pasta em relação ao caso em questão. Avaliamos que a solicitação de informações por parte da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência poderão ser decisivas para o acesso às informações.

Belo Horizonte, 20 de março de 2023

Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM)